



Envolvimento da comunidade e promoção da cidadania: ideais a serem construídos nas rádios comunitárias de Santa Maria, RS

Dra. Viviane BORELLI¹

Ms. ^{ando} Gilson Luiz Piber da SILVA²

Centro Universitário Franciscano (Unifra), Santa Maria, RS

Resumo

O artigo discute em que medida as rádios comunitárias têm se constituído num espaço de promoção da cidadania e expressão de valores das comunidades que abrangem. Para tal, a pesquisa em desenvolvimento no curso de Jornalismo (Unifra), Santa Maria, RS, compreende um estudo da programação das rádios comunitárias locais, Carai FM e ComNorte. São discutidos os conceitos de comunicação comunitária para que se possa refletir como e através de quais processos as rádios têm se transformado em dispositivos que alimentem e acionem novos mecanismos de construção participativa e cidadã. Há envolvimento da comunidade na produção de alguns programas, mas a participação é limitada. Mesmo que divulgue iniciativas e questões que envolvam a comunidade, a programação das emissoras santa-marienses está muito voltada ao gênero entretenimento.

Palavras-chave

Rádios comunitárias; comunicação comunitária; cidadania; comunidade

Introdução

Nos últimos anos, têm-se discutido muito acerca da atuação e expansão das rádios comunitárias no Brasil. As temáticas dos estudos abrangem, entre outros aspectos, a rápida expansão das emissoras, o cumprimento ou descumprimento da lei, a emergência de novos comunicadores (seja do campo religioso ou político), a relação com a comunidade.

Entretanto, após dez anos de regulamentação, há ainda muito o que compreender acerca do papel das rádios comunitárias e, especialmente, investigar em que efetivamente elas têm colaborado para construir, fortificar e ampliar valores dessas comunidades, contribuindo para a cidadania, o bem comum e a participação comunitária.

¹ Professora adjunta do Centro Universitário Franciscano (Unifra), Santa Maria, RS, onde desenvolve o projeto de pesquisa referente ao artigo. Atualmente, é pesquisadora do Cnpq com o projeto “Mídia e religião: um estudo dos novos dispositivos de contato entre o mundo da fé e o fiel”. Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos (2007). Mestre em Ciência do Movimento Humano pela UFSM (2002) e graduada em Jornalismo pela UFSM (1999). E-mail: viviborelli@unifra.br

² Gilson Luiz Piber da Silva é professor do Centro Universitário Franciscano (Unifra), em Santa Maria, RS, e mestrando em Ciências da Linguagem, pela Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL, SC, com o desenvolvimento de pesquisa sobre o programa de rádio "Café com o Presidente". É especialista em Ciência do Movimento Humano e jornalista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tem mais de 19 anos de atuação em rádios e jornais de Santa Maria, Caxias do Sul e Porto Alegre, no RS. E-mail: gilson@unifra.br



Com esses desafios, no final de 2007, iniciou-se uma pesquisa³ no curso de Comunicação Social – Jornalismo do Centro Universitário Franciscano (Unifra) para compreender em que medida a programação das duas rádios comunitárias locais de Santa Maria - Carai e ComNorte - remete a características e valores comunitários. Para isso, num primeiro momento, foi descrita a programação das rádios e foram realizadas entrevistas semi-abertas com os diretores, a partir de um pré-roteiro de questões (DUARTE, 2006). A próxima etapa da pesquisa, já em andamento, prevê a seleção de programas para análise discursiva de que teor de cidadania e que características de ‘comunidade’ podem ser identificadas em seus contratos de leitura⁴.

O artigo discute os resultados alcançados na primeira etapa de investigação e que abrangem uma reflexão teórica e uma pesquisa empírica. Após explicitar aspectos relativos aos seus contextos e caracterizar brevemente as programações das rádios Carai FM e ComNorte, busca-se refletir sobre conceitos de comunicação comunitária e de comunidade, que estão em constante atualização. Depois, faz-se uma análise acerca do que efetivamente as emissoras santa-marienses produzem de teor e caráter comunitário.

O último mapeamento dos municípios brasileiros na área de cultura, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006, trouxe um dado inédito: as rádios comunitárias estão presentes em maior número de municípios que as emissoras comerciais. De acordo com a pesquisa⁵, 48,6% dos municípios possuem rádios comunitárias. As emissoras comerciais FM aparecem em 34,3% das localidades, enquanto as AM chegam a apenas 21,2%. Essa é a primeira vez em que a presença das rádios comunitárias entra no suplemento do IBGE.

Nesse contexto, Santa Maria, localizada na região central do Rio Grande do Sul, tem população de aproximadamente 270 mil habitantes e possui duas rádios comunitárias que ocupam a mesma frequência (106,3 MHz): Carai FM e ComNorte. O município possui cinco rádios AMs e seis FM⁶. A instalação das duas rádios comunitárias vinha atender a

³ A pesquisa “Rádios comunitárias em Santa Maria: um estudo da programação e dos seus contratos de leitura” está sendo desenvolvida no curso de Comunicação Social – Jornalismo (Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Unifra) pelos professores mestrando Gilson Luiz Piber da Silva e doutora Viviane Borelli (coordenadora), com colaboração dos alunos de graduação em Jornalismo, Fabrício Lazzarini Carbonel (bolsista Probioc-Iniciação Científica) e Adriana Domingues Garcia (voluntária).

⁴ VERÓN, E. **Televisão e política: história da televisão e campanhas presidenciais**. In: FAUSTO NETO, A., RUBIM, A. A. C. e VERÓN, Eliseo (orgs.). **Lula Presidente: Televisão e política na campanha eleitoral**. São Paulo, Hacker; São Leopoldo: Unisinos, 2003. P.15-42. As análises tomam, principalmente, como base CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

⁵ Reunidas no Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic, 2006). Disponível em www.ibge.gov.br. Consultado em dezembro de 2007.

⁶ As rádios AMs são: Imembuí (1942), Santamariense (1954), Medianeira (1960), Guarathan (1960) e Universidade (1968). As FMs são: Atlântida (1980), Antena Um (antiga Cultura, fundada em 1980), Rede Aleluia (antiga Rádio Pampa, fundada em 1988), Itapema (antiga 105,7, fundada em 1989), Medianeira (1989) e Nativa (1989). Dados oficiais da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão – Agert. Disponível em www.agert.org.br. Consultado em



anseios antigos de duas regiões carentes do município, onde a maior parte da população – cerca de 80 mil - recebe cerca de dois salários mínimos.

A Rádio Carai FM é a mais antiga e começou a funcionar legalmente em 2004, tendo operado como rádio livre a partir de 1998, na região Sul da cidade. Ela possui programação das 6h às 24h, todos os dias da semana. Os programas são basicamente nos formatos musicais, nativistas, religiosos, informativos e de prestação de serviços.

A sede da rádio fica na residência dos responsáveis por ela, e há uma hierarquização quanto à função exercida na organização da emissora⁷. Por ser também o idealizador do projeto, o diretor-geral da rádio, Paulo Roberto Aguiar Rodrigues, é o maior responsável. Já a sua esposa é a principal colaboradora, responsável pela administração geral. Os demais colaboradores atendem às exigências organizacionais propostas pelos diretores.

Grande parte dos programas é ao vivo, com escala de produtores-apresentadores fixos. O gênero de entretenimento, no formato de programa musical se repete no decorrer da programação, ocorrendo apenas algumas nuances no estilo. Há os programas *Domingo Gaudério*, *Querência Gaúcha*, *Embalos da Tarde*, *Mateando com os Serranos*, *Rotassom*, *Sertanejo Comunitário*, *Flash Back*, entre outros. O próprio nome caracteriza o tipo de programa e remete a valores comunitários ('Sertanejo comunitário'), à tradição e cultura gaúcha ('*Domingo Gaudério*', '*Querência Gaúcha*', '*Mateando com os Serranos*') e ao estilo ('*Embalos da Tarde*', '*Rotassom*' e '*Flash Back*'). A rádio comunitária veicula três programas religiosos, sendo dois católicos e um evangélico, em forma de pregação.

Em relação aos programas informativos, há o radiojornal *Estação Notícia - A comunidade Sintonizada com a Informação*, a síntese noticiosa *Informação – Síntese dos principais fatos do dia* e o *Carai Esportes*, uma revista esportiva. Todos são produzidos e apresentados por acadêmicos de jornalismo do Centro Universitário Franciscano (Unifra), com a supervisão de um professor. Também há o *Ecolândia – O mundo que a gente vive*, um radiojornal desenvolvido por acadêmicos do curso de Comunicação Social – Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), orientados por professores.

Já a Rádio ComNorte inicialmente entrou no ar como rádio livre em 1997, tendo sido fechada duas vezes por questões legais. Quase uma década depois, em agosto de 2006, recebeu a licença provisória para operar na zona Norte da cidade e conquistou autorização

março de 2008.

⁷ De acordo com a escala classificada na fundação da Associação Cultural de Divulgação Comunitária da Vila Tropical e Região Sul de Santa Maria-RS, criada em 22 de novembro de 1998.



definitiva em 28 de março de 2007. A sua sede também fica na residência do diretor-geral e idealizador, Ronaldo Isaias, e a programação vai das 6h às 24h, incluindo *A Voz do Brasil*. Os gêneros que compõem a programação durante a semana são o entretenimento/musical, o religioso e o informativo/prestação de serviços.

A primeira atração do dia é *A Região em Notícias* que mescla informação e música, com duas horas de duração. Ao longo da programação, a Rádio ComNorte conta com mais dois programas informativos, o *Jornal do Meio-dia*, que mistura informação e opinião do apresentador, o diretor-geral da Rádio, e o *Esportes*. Todos os programas são produzidos pelo responsável pela emissora e as informações são retiradas de jornais impressos (algumas vezes, há referência às fontes).

Como na ComNorte há apenas esses três programas radiojornalísticos, cria-se um vazio informativo na programação da rádio a partir do início da tarde. Além disso, sabe-se que os radiojornais comunitários podem se constituir em canais propícios para reivindicações, na busca de melhorias para a comunidade, e que, portanto, poderiam existir de forma mais abrangente e contundente. Também foi observado que o gênero informativo na programação dominical deixa de existir.

De segunda a sexta, o gênero religioso tem espaço com dois programas evangélicos, o *Palavra Viva*, da Igreja Batista Filadélfia, e o *Minutos de Reflexão*, da Igreja Jesus Cristo para as Nações. Entretanto, nos finais de semana, além desses dois, há veiculação de mais quatro programas evangélicos na forma de pregação e/ou auto-ajuda, totalizando seis inserções de programas evangélicos.

O gênero entretenimento/musical é o que ocupa a maior parte da programação da ComNorte, com seis programas (dois em cada turno). Esses musicais são os que mais abrem espaço para a participação do ouvinte, por meio do telefone, e também é quando ocorre mais divulgação de informações de utilidade pública. Dentre uma programação de 18 horas, são destinadas 15 horas somente para o gênero entretenimento/musical (sem contabilizar o tempo destinado aos apoios culturais).

A rádio ComNorte possui uma programação com poucas variações em relação ao conteúdo dos programas. Não há, por exemplo, participação de alunos pertencentes a instituições de ensino superior, o que está previsto na legislação. Aos domingos, a rádio ComNorte divide a programação entre os gêneros entretenimento/musical e religioso.

Mesmo que tenha concentração no gênero musical, nota-se que a programação da Carai FM é feita por diversas pessoas da comunidade e que em todos esses programas de entretenimento, o ouvinte pode e participa através de pedido e dedicatória de música, por



exemplo. Por outro lado, é possível visualizar que a rádio ComNorte se mostra, em relação à produção dos programas e à apresentação, um tanto quanto concentrada, pois dos 27 programas veiculados, 17 têm como âncora principal um dos integrantes da família que vive na sede da rádio.

Após apresentar brevemente a programação das rádios Carai e ComNorte, a intenção é discutir a especificidade dos conceitos de comunidade e comunicação comunitária, que transformam-se em função de novas práticas comunicacionais.

Comunidade e Comunicação Comunitária

A comunicação comunitária, em primeira análise, está voltada para os interesses de um grupo de pessoas que vivem em comunidade, porque têm propostas e idealizações em comum. Nessa perspectiva, Cogo (1998, p. 51), define o conceito de comunidade como:

O espaço privilegiado de constituição e vivência dos valores fundamentais como a solidariedade, a união, a ajuda mútua que, articulados à religiosidade impõem-se como referenciais indispensáveis na compreensão das culturas populares na sua relação com a comunicação.

Atualmente, com o avanço da tecnologia e da emergência acelerada das redes de comunicação, há novos modos de constituição de uma comunidade, fazendo com que o conceito seja revisto. Não há mais apenas comunidades no sentido restrito de territorialidade. Entretanto, mesmo que hoje se vive num contexto perpassado pela fragmentação e efemeridade, ainda há por parte dos sujeitos uma busca para integrar-se a grupos nos quais “possam fazer parte”, como conceitua Bauman (2001, p.196).

Em reflexão recente, Peruzzo (2006) reitera que as comunidades continuam a se caracterizar pela coesão e convergência de objetivos e interação de visão de mundo, sentimento de pertença, participação ativa, compartilhamento de identidades culturais, co-responsabilidade e caráter cooperativo. Embora haja uma dinâmica involuntária de mobilização que transporte os indivíduos para os seus respectivos grupos, a pesquisadora alerta que “a simples proximidade geográfica ou residencial [...] o fato de pertencer a uma mesma etnia [...] não necessariamente revelam a existência de comunidade” (2006, p.14).

É nessa perspectiva que a participação faz como que os sujeitos sintam-se pertencentes a determinados grupos. E essas ações comuns são determinantes para a integração e a organização da comunidade, visando o alcance de objetivos e reivindicações a que se propõe. Com isso, ações de promoção, valorização e mobilização para a realidade de determinados grupos podem se concretizar através de processos midiáticos específicos.



Nesse contexto, a comunicação comunitária é vista como o processo comunicacional que tem como atuante principal, ou emissor de vozes, as pessoas participantes e pertencentes a um determinado grupo, com propostas de inclusão em comum. Cogo (1998) esclarece que esse tipo específico de comunicação deve ser realizado pela comunidade, a partir de processos como escolha, construção, circulação de informações e até distribuição de produtos, se for o caso.

Em artigo recente, Peruzzo (2006) rediscute alguns conceitos fundantes, destacando que nos dias atuais, ainda há práticas de comunicação comunitária de acordo com suas origens. Entretanto, surgem outras modalidades e formatos de mídia, que se configuram nos novos tempos dentro do “jogo de interesses tanto no nível midiático, como nos níveis econômico e político-ideológico” (PERUZZO, 2006, p. 4). Um exemplo citado pela autora é da própria mídia convencional que abriu mais espaço para os temas antes não apresentados, seja de abrangência local ou regional, numa abordagem de cunho social e cultural.

Em função disso, o fator de maior luta dos movimentos populares, que era de caráter contra-hegemônico da grande mídia, foi se modificando a partir de um novo tratamento às temáticas sociais, expondo experiências mais reais e plurais. Assim, a nova mídia que se autodenomina “comunitária” tem ênfase na informação local, cultura, lazer e educação, entre outros aspectos.

Esse fenômeno provoca um avanço na democratização dos meios de comunicação e resultam, por exemplo, no aumento de emissoras de rádios comunitárias (legalizadas pelo governo) e livres (sem autorização legal para operar). Peruzzo (2006) destaca que diversos são os fatores responsáveis por esse movimento, como o país ter passado por conquistas democráticas, seja no âmbito da política ou da liberdade de expressão e comunicação.

A comunicação popular e comunitária, a partir do parâmetro adotado pela autora: popular-alternativo (movimentos sociais populares num processo dinâmico de lutas pelos seus direitos) pode ser compreendida de várias maneiras, mas sempre denota a relação com o povo, seja como emissor e receptor ou mediador do processo produtivo.

Nesse contexto, para Peruzzo (2006, p.9), os princípios básicos de comunicação comunitária se mantêm. Essas bases residem nos processos de comunicação que são fundamentados em princípios públicos, como “não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania”.



Portanto, para que haja construção de valores comuns e promoção da cidadania não é preciso que todo o processo de produção comunicação seja realizado pela comunidade, mas que pode ser dirigido para ela através de iniciativas que valorizem aspectos e temáticas de caráter mais local e específico do lugar e do grupo que abrange.

Depois dessa breve discussão acerca do que se discute e se compreende como comunicação comunitária, apresenta-se a especificidade da programação das rádios comunitárias para poder apontar em que medida elas promovem valores participativos e de construção da cidadania.

Prestação de serviços ou defesa de interesses particulares?

A Lei nº 9.612, de 20 de fevereiro de 1998, confere existência legal às emissoras de rádio comunitárias, detalhando que elas devem ter como finalidade primordial a prestação de serviços de utilidade pública, oportunizando a difusão de suas idéias, culturas, tradições e hábitos. Devem também oferecer mecanismos que visem a integração dessa comunidade por meio de estímulos ao lazer, cultura e convívio social, fortalecendo o exercício do direito de expressão dos seus integrantes.

O artigo 4º da lei menciona que a programação deve seguir alguns princípios, como dar preferência a fins educativos, artísticos, culturais e informativos que sejam em “benefício do desenvolvimento geral da comunidade”. Além disso, os programas produzidos devem atender à promoção de atividades artísticas e jornalísticas na comunidade, levando à “integração dos membros da comunidade atendida”⁸.

Essa compreensão da relação entre a mídia comunitária e o jornalismo está embasada em estudos de diferentes autores acerca de emissoras comunitárias, à que se dispõem seu público e os produtos gerados para atender as suas necessidades. Com a aprovação da lei que ampara as rádios comunitárias, há 10 anos, surge a necessidade da especialização do jornalismo para esses veículos, um jornalismo comunitário.

Segundo Ferraretto (2001, p. 62):

A adoção deste formato significa voltar à programação para a comunidade. (...) Representa a adoção de uma linha de trabalho afinada com os interesses dos ouvintes, servindo de canal aos seus anseios e buscando, deste modo, a resolução de problemas do bairro ou grupo de bairros de sua abrangência.

Uma das principais justificativas de criação e implementação das rádios comunitárias no Brasil é justamente o fato de que devem promover a cidadania nas

⁸ Informações retiradas do site oficial da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9612.htm> Consultado em maio de 2008.



comunidades que abrangem. Entretanto, o desafio diário parece ser o de compreender as necessidades e interesses da população que atinge, conseguir produzir programas que dêem conta desses fatores para, então, satisfazer seus anseios em relação à solução desses problemas mais locais. Caso contrário, a rádio deixa de ser comunitária nesse sentido e passa a operar como qualquer outra emissora de caráter comercial.

Outra tese, defendida por Paiva (1998), é de que as emissoras comunitárias constituem-se para defender os interesses de camadas menos representativas da sociedade e, especialmente, para fugir do monopólio dos grandes conglomerados de comunicação. Assim, conseguem garantir uma coesão entre essa fatia da população, expressando seus interesses e anseios comunicacionais: “A premência por veículos de comunicação alternativos instala-se dentro de um horizonte em que as grandes redes de informação passam a monopolizar a versão pública sobre os fatos e sobre a verdade” (PAIVA, 1998, p.153).

Dessa maneira, a comunidade contemplada com um canal de rádio comunitária busca um contato e uma visibilidade maior junto aos órgãos governamentais, com o intuito de poder reivindicar seus direitos. Mas, para que efetivamente isso ocorra é necessário que aconteça uma participação mais efetiva da comunidade.

Uma forma de garantir que a programação apresente conteúdos de informação, lazer, manifestações culturais e artísticas que possam contribuir para o desenvolvimento dessas comunidades é a formação de um Conselho Comunitário, como prevê o artigo 8º da lei. Esse conselho deve ser instituído pela entidade autorizada a explorar o serviço de radiodifusão comunitária e deve ser composto por, no mínimo, cinco representantes de entidades da comunidade local, como “associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas”, especifica a Lei nº 9.612.

No caso da Rádio ComNorte, o conselho é formado por 13 diretores e cinco representantes de associações de bairros que integram a região de abrangência da rádio: Vila Carolina, Vila Santa Terezinha, Bairro Salgado Filho, Vila Kennedy e Vila Boa Vista e Norte. O presidente do conselho é o diretor-geral da rádio, Ronaldo Isaias.

Na Caraí, o Conselho Comunitário é composto por 17 pessoas, sendo sete membros considerados principais e que incluem o diretor-geral, também presidente, Paulo Roberto de Aguiar Rodrigues, além de secretário, tesoureiro, e assim por diante. Os outros dez são moradores da comunidade e formam o Conselho Fiscal geral e, segundo o diretor-geral da emissora, a escolha é feita por meio de assembléia.



Para Peruzzo (1998) existem vários tipos de rádios comunitárias no Brasil, como as que prestam serviços comunitários, mas que estão sob o controle de poucas pessoas e fornecem renda para os seus responsáveis, que se sentem proprietários delas. Existem também aquelas estritamente comerciais, com programação similar as das emissoras convencionais, sem vínculos diretos com a comunidade local. Outra tipologia identificada remete às de cunho político-eleitoral, ligadas a candidatos a cargos eletivos e seus respectivos partidos políticos (essas estão mais preocupadas em fazer “campanhas disfarçadas” de candidatos). E existem, ainda, as emissoras religiosas, vinculadas estritamente a setores das Igrejas.

Mesmo possuindo programação similar às comerciais, a Rádio ComNorte presta serviços comunitários, mas está nas mãos de apenas uma família e possui um formato comercial. Tanto o diretor geral quanto a sua esposa, coordenadora geral, não têm posto fixo de trabalho, mas afirmam que a rádio não promove o sustento da família.

Já a Rádio Carai tem características mais híbridas: possui vínculos com a comunidade no sentido de promover lazer e entretenimento por meio de uma ampla programação musical, mas com pouca participação da comunidade no que se refere a seus problemas sociais e estruturais.

Esses diferentes tipos de rádios definidas por Peruzzo (1998) remetem à existência de desvios dos objetivos centrais do que seria efetivamente comunitário, pois esses canais deveriam em sua essência se constituir para a defesa dos interesses de camadas menos favorecidas da sociedade. Além disso, as rádios comunitárias foram criadas para se fugir do monopólio dos conglomerados de comunicação e dos formatos meramente comerciais.

Entretanto, fazendo um levantamento da programação de ambas as rádios, nota-se que há uma certa reprodução do formato comercial, porém com alguma ênfase, em determinados horários e programas, para questões mais comunitárias, como avisos de promoções de festas, convocações para votação de presidente de bairro, reuniões e encontros da comunidade para lazer, entre outros.

Desse modo, como preconiza a legislação das rádios comunitárias, elas deveriam contribuir para o desenvolvimento de uma identidade representativa dos moradores de uma determinada região. Porém, nota-se que esse papel é restrito já que poucas ações são divulgadas no âmbito da programação das emissoras.

Segundo Peruzzo (1998), os assuntos abordados deveriam ser, entre outros, realidades vivenciadas pela comunidade, a exemplo os problemas sociais, de infraestrutura, educação, saneamento básico, segurança, saúde e política. Também a cobertura



de eventos, festas tradicionais, campanhas beneficentes e de conscientização para aproximar mais a comunidade em torno de um bem comum.

As duas rádios locais divulgam eventos, como mateadas, dia de solidariedade, campanhas, encontros, reuniões de associações de bairro, e alguns problemas mais gerais, como falta de água, iluminação, entre outros. Mas nota-se que não há movimentos mais significativos e ousados por parte da própria comunidade para resolução de seus problemas e promoção de sua cidadania.

Nesse sentido, Peruzzo (2004) classifica a participação dos sujeitos na comunicação por meio de uma diversidade dos processos determinados em “formas, níveis e intensidade”. Assim, num sentido mais concreto, o processo de comunicação comunitária pode significar:

O simples envolvimento das pessoas, geralmente ocasional, no nível das mensagens [...] dando entrevistas, avisos, depoimentos e sugestões ou cantando, pedindo a inserção de músicas e aderindo a concursos; elaborar matérias (notícias poesias, desenhos); compartilhar a produção global do jornalzinho, do programa de rádio etc.; tomar parte na definição da linha política, do conteúdo, do planejamento, da edição do manejo de equipamentos; compartilhar o processo de gestão da instituição comunicacional como um todo (PERUZZO, 2004, p. 143).

Para a autora, qualquer forma de participação é válida, pois é importante e desejável no processo comunicacional popular. Porém, não basta mais somente os conceitos de origem da comunicação comunitária “dar voz e vez”, do “dar voz a quem não tem voz”, ou ainda do “abrir os microfones ao povo”. É preciso atentar para os níveis de envolvimento, num contexto de difícil realização, pelas estruturas, condições sócio-econômicas e culturais de grandes contingentes populacionais. Frente a isso, sugere a promoção do desenvolvimento de formas mais ousadas para a participação efetiva se fazer presente nos meios comunitários.

No caso da Rádio Carai FM, a participação da comunidade se dá a partir do compartilhamento da produção de programas da rádio por parte de alguns representantes locais. Entretanto, a forma mais expressiva de participação é a ocasional que se restringe ao pedido de músicas e homenagens de aniversários. No programa apresentado ao vivo *Embalos da tarde*, por exemplo, há uma certa interação com a comunidade com o pedido de música pelos ouvintes, em que a apresentadora conversa de forma direta, agradecendo a pessoas da comunidade, aos apoiadores, também parabeniza e presta homenagens aos aniversariantes. Mas essa interação fica mais nesse nível de alusão a algum aspecto pessoal do que comunitário. A rádio recebe muitos CD's de artistas locais e do Estado. Assim, há a



veiculação considerável de músicas de bandas locais, nos mais variados estilos, o que representa uma promoção desses artistas.

Mesmo que esses fatos individuais sejam mais evidenciados, há algum envolvimento da rádio Carai FM com a comunidade através da divulgação de informações solicitadas pelos moradores, como convite para festas, mateadas, torneios de bocha e de futebol na comunidade. Ressalta-se que para anunciar algum evento, os interessados devem doar um quilo de alimento não perecível (distribuídos a pessoas carentes da comunidade) e encaminhar um *ofício* com antecedência. Essa é uma norma de administração instituída pelos responsáveis da emissora, “em virtude de já termos anunciado eventos que não ocorreram”⁹. Essa burocratização acaba, muitas vezes, desestimulando formas mais expressivas de participação dos moradores já que é preciso haver um deslocamento até a sede da rádio para entregar esse documento em mãos.

Outro exemplo de envolvimento é o programa *De bem com a vida* que procura mesclar entretenimento e prestação de serviços, embora a participação do ouvinte também se restrinja mais a pedidos de músicas. No programa, são reproduzidas notícias dos jornais da cidade e anunciadas vagas de emprego e notas de utilidade pública. As informações são bastante abrangentes: nacionais, estaduais e locais, tanto do município quanto dos bairros que abrange. Além disso, são divulgados convites para eventos na comunidade, que envolvem moradores e entidades da região.

É preciso salientar que quando ocorre alguma participação, a abordagem dos problemas reclamados pela comunidade à rádio Carai FM fica sob responsabilidade da equipe de jornalismo. Dessa forma, nos demais programas não são tratados nenhum assunto que envolva autoridades e reivindicações da comunidade, por exemplo. “A gente repassa para o pessoal [de jornalismo]. Eles são responsáveis pelo jornalismo e por tudo aquilo que envolve participação de autoridades, problemas maiores, tudo é repassado a eles”¹⁰. Com isso, o diretor-geral se isenta de qualquer ato que envolva uma postura mais crítica da emissora e que vise à construção de valores para o bem comum da comunidade. Os motivos de não haver uma postura mais crítica dos ouvintes podem ser explicados pelas dificuldades e constrangimentos enfrentados ao procurar a Rádio, pois pedidos dessa ordem só são aceitos por escrito e entregues na sua sede. Além disso, o espaço para os programas jornalísticos é restrito¹¹.

⁹ Do diretor-geral, Paulo Roberto Aguiar Rodrigues, em entrevista concedida no dia 21 de maio de 2008, na sede da emissora.

¹⁰ Idem.

¹¹ Todos os programas jornalísticos que abrangem a participação da comunidade são apresentados ao vivo, três vezes por semana, sendo um às 7h e o outro às 18h.



Na rádio ComNorte, a participação da comunidade ocorre de forma mais direta nos programas *A Região em Notícias* e *Jornal do Meio-dia*, ambas apresentadas pelo diretor-geral. Ele afirma que abre espaço para a comunidade através de *denúncias* que chegam por meio de moradores e que, após verificação, coloca a informação no ar. Como exemplo, cita que já resolveu algumas questões importantes para a comunidade, como um antigo problema de falta de água na Vila Nossa Senhora do Trabalho. “*Fico revoltado com o descaso do poder público e coloco todas as reclamações no ar*”¹². Geralmente, entram no ar informações sobre falta de água, de iluminação pública e a grande quantidade de buracos nas vias da região, entre outros temas.

Algumas informações veiculadas pela rádio são de caráter mais assistencialista que comunitário, como pedido de roupas, passagens urbanas, equipamentos e utensílios domésticos, além de dinheiro para custeio de transporte rodoviário. “*Eu peço no ar colaboração e se alguém me ligar oferecendo, pego o endereço e repasso diretamente para quem fez o pedido. A Rádio tem conseguido passagens, bujões de gás, máquinas de cortar grama, bolo de aniversário e até comida*”¹³. A partir desses procedimentos, a rádio acaba promovendo ações mais de caráter pessoal que comunitário, já que atende a interesses particulares, deixando, muitas vezes, de promover o bem comum da região.

As rádios deveriam se transformar em um instrumento de cidadania, a partir do processo de participação ativa da comunidade na produção da informação. Desta forma, o ideal seria buscar a formação de um senso crítico nas pessoas pertencentes ao grupo social, num processo que as tornaria protagonistas, e não somente receptoras.

Na Rádio ComNorte, como já referido, a programação é produzida essencialmente pela família do diretor-geral da Rádio, com exceção dos seis programas evangélicos (de igrejas de Santa Maria e não necessariamente da área de abrangência da rádio) e de quatro programas apresentados por pessoas da comunidade. Dessa maneira, a participação da comunidade fica restrita a ligar e pedir para divulgar um evento ou explicitar um problema. A participação ocorre por carta, ligação telefônica ou diretamente na sede da rádio.

Como é radialista, o diretor-geral montou a programação da ComNorte a partir de sua atuação anterior em outras rádios comerciais locais. “*São todos programas que eu já apresentava em outras rádios. Claro que há dez anos, eu não conhecia o rap, o funk o hip-hop, eu tive que me aperfeiçoar, eu ouvi, eu gostei, e disse, é isso que eu quero*”¹⁴.

¹² Diretor geral da Rádio Comunitária ComNorte, Ronaldo Isaias, em entrevista concedida na sede da Rádio, em 25 de maio de 2008.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.



Mesmo que haja um conselho que deve, primordialmente, participar da montagem e fiscalizar a programação, os programas são elaborados a partir do que o diretor pensa, avalia e deseja. Nesse caso, ele leva ao extremo seu poder decisório central, fazendo com que a rádio represente apenas o que uma pessoa quer e não o que a comunidade pode almejar em termos de programação.

Na Rádio Caraiá, além do diretor-geral e a sua esposa, administradora geral, todos os apresentadores dos programas (com exceção dos jornalísticos e religiosos) são moradores da comunidade e alguns também integrantes do Conselho Comunitário. Mesmo assim, no quadro de apresentadores da rádio, nenhum se dispôs a fazer um radiojornal comunitário, por exemplo, fazendo com que os programas do gênero jornalístico sejam apenas produzidos por alunos de jornalismo. A explicação para não haver mais programas informativos e produção da equipe da comunidade é a falta de tempo e limitações de qualificação: “Tu tens que ter um bom tempo, para analisar, poder fazer um trabalho bem feito (...). Ler um jornal é uma coisa. Agora traduzir ele para que a comunidade fique sabendo [...] entrar no mérito de produzir um jornalismo é completamente diferente”¹⁵.

Nesse sentido, Fuser (2006) defende a potencialidade do rádio para uma conversação dialógica horizontal e interativa, assim como a superação da divisão dos papéis de produtor e receptor, rompendo o monopólio do discurso. De acordo com o autor, a radiodifusão comunitária tem a capacidade de desfazer a relação de poder e restituir a possibilidade de resposta no circuito da troca simbólica.

De acordo com Nunes (2006, p.136), as rádios comunitárias devem se transformar em um “instrumento de educação não-formal como caminho para o exercício de uma cidadania consciente, reafirmando práticas culturais coletivas responsáveis pela consolidação de uma identidade cultural determinada”. Esses veículos específicos deveriam ter o comprometimento com a melhoria nas condições de vida, a liberdade de expressão, o desenvolvimento da informação e da cultura do cidadão.

Quando interesses privados se sobrepõem aos comunitários ocorre uma desfiguração do que deveria ser o papel primordial de uma rádio comunitária. Nesta primeira análise da programação das rádios santa-marienses, percebe-se que há uma hierarquia funcional e ideológica forte por parte dos seus diretores que exercem um poder ainda muito centralizado, limitando as possibilidades de trocas. Na ComNorte, poucas pessoas da comunidade participam do dia-a-dia da rádio e a programação remete em sua

¹⁵ Do diretor-geral, Paulo Roberto Aguiar Rodrigues, em entrevista concedida no dia 21 de maio de 2008, na sede da emissora.



essência ao que o diretor-geral gosta e idealiza de forma pessoal. Já na Rádio Carai, há um envolvimento maior por parte de representantes da comunidade na elaboração e apresentação de alguns programas, mas ainda distante de um ideal comunitário.

Algumas considerações finais

Mesmo com uma participação limitada, as duas rádios comunitárias contribuem, em diferentes níveis e de distintas formas para a promoção da cidadania de seus moradores, seja através da divulgação de encontros festivos, beneficentes ou por meio da expressão de problemas sociais, como coleta de lixo, saneamento, transporte, iluminação, entre outros.

O ideal de uma democratização da comunicação ainda parece muito distante em função do pouco envolvimento da população nesses processos decisórios e também produtivos. A conquista da cidadania é um processo bem mais amplo e complexo que a simples e restrita participação de moradores da comunidade no dia-a-dia da rádio para pedido de música ou aviso de aniversário, por exemplo.

Compreende-se que as rádios comunitárias de Santa Maria deveriam promover uma abertura para a atuação conjunta com os seus ouvintes - na produção e apresentação de informações de interesse comum, com equilíbrio e sem privilégios. Nesse sentido, deveriam oportunizar a manifestação da pluralidade de opiniões para possibilitar a formação de um senso crítico e o posicionamento diante dos fatos, sem o risco de haver interferências de interesses que comprometam a credibilidade das notícias, por exemplo. Para haver legitimidade nesse processo de democratização da informação é necessário o compartilhamento de idéias e propostas através de reivindicações diretas da comunidade. No entanto, é preciso que os indivíduos inseridos na comunidade sintam-se pertencentes a esses processos, tomando esses espaços que lhe são de direito.

Para finalizar, em relação à atuação e ao papel das rádios comunitárias, acredita-se que outros aspectos devem ser problematizados, como a representação da diversidade de campos sociais no seu processo de gestão e produção, o que pode vir a ser melhor explorado em estudos futuros.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

COGO, D. M. **No Ar...Uma Rádio Comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.



DUARTE, J. **Entrevista em profundidade.** In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006.

FERRARETTO, L. A. **Rádio: o Veículo, a História e a Técnica.**/ Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

FUSER, B. **Rádios comunitárias em Campinas.** In: COGO, Denise e MAIA, João (org). **Comunicação para a cidadania.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. P. 141-156.

NUNES, M. V. **As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização? (1998-2000).** In: COGO, Denise e MAIA, João (org). **Comunicação para a cidadania.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. P. 127-138.

PAIVA, R. **O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo.** Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, C. M.K. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária.** Trabalho apresentado no NP Comunicação para a Cidadania. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/Intercom, Universidade de Brasília (UnB), 2006.

_____. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis:Vozes, 2004.

_____. **Comunicação Comunitária e Educação para Cidadania.** PCLA - Volume 4 - número 1:outubro / novembro / dezembro 2002. In: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm> . Consultado em maio de 2007.

_____. **Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil.** Biblioteca On Line de Ciências da Comunicação, 1998. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>. Consultado em maio de 2008.